

PLANTEQ/PR: REFLEXÕES SOBRE A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR¹

Diane Daniela Gemelli²

Marcelo Dornelis Carvalhal³

Resumo – Neste artigo exporemos algumas reflexões acerca da qualificação profissional enquanto política pública ligada às transformações nas relações produtivas que visam a formação de um “novo” trabalhador, e qual o rebatimento da qualificação profissional no que se refere à inserção/manutenção do jovem no mercado de trabalho, lembrando que a qualificação profissional pode representar um rebatimento espacial importante à medida que pode influenciar na territorialização das atividades econômicas. Para tanto nos debruçamos sob o Plano Territorial de Qualificação do Trabalhador – PLANTEQ/PR. Na oportunidade exporemos algumas reflexões sobre as entrevistas realizadas com os conselheiros municipais do trabalho responsáveis pela escolha dos cursos de qualificação a serem oferecidos e regulamentados pelo PLANTEQ/PR e com os jovens treinados pelo curso de mecânico automotivo oferecido em 2007 pelo PLANTEQ/PR, no município de Marechal Cândido Rondon, e que “qualificou/treinou/adestrou” 18 trabalhadores.

Palavras-chave: qualificação profissional, PLANTEQ/PR, capital, jovem emprego

¹ Esse artigo é resultado de algumas reflexões a cerca do nosso projeto de iniciação científica (IC UNIOESTE) intitulado “A territorialização da qualificação profissional em Marechal Cândido Rondon/PR: cenários e perspectivas do emprego juvenil na dinâmica territorial do trabalho sob a era da precarização”.

² Estudante do 4º ano do curso de Geografia da UNIOESTE/Mal. Cdo. Rondon – PR e bolsista IC-UNIOESTE - daianegemelli@yahoo.com.br.

³ Professor do Colegiado de Geografia da UNIOESTE/Mal.Cdo. Rondon – PR e orientador desta pesquisa. mdcarvalhal@hotmail.com

A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL SOB A ERA DA PRECARIZAÇÃO

No pós-guerra o mundo passou por inúmeras transformações, que introduziram novos paradigmas na gestão capitalista da produção e do Estado, consolidadas no keynesianismo e no *welfare state*, porém tais paradigmas foram colocados em questão quando a crise estrutural do capital manifestou-se novamente na década de 1970, com isso oportunizando as mudanças ensejadas pela experiência japonesa do Toyotismo, responsável pela intensificação do avanço tecnológico nas linhas de produção, *pari passu* à adoção do neoliberalismo e da financeirização macroeconômica.

A reestruturação produtiva se mostra mais presente no Brasil, sobretudo após a década de 90 com a adoção do neoliberalismo como política de governo, e, portanto da abertura comercial para o capital internacional.

O fato é que com a reestruturação produtiva, agravaram-se as condições de trabalho de milhões de trabalhadores, isso porque o mercado se tornou mais seletivo, ou seja, aqueles que podem oferecer mais vantagens à empresa teriam mais chances de conseguir um emprego. A revolução

tecnológica, também foi responsável por demitir grande parcela dos trabalhadores, isso porque as máquinas se tornaram mais produtivas que os homens, além de outras vantagens, como não receberem salários, encargos trabalhistas, e não se organizarem sindicalmente. Outro fato que agrava a precarização do trabalho sob a esfera da reestruturação produtiva é a terceirização da mão-de-obra, sendo que estes trabalhadores, terceirizados, tem poucas garantias de estabilidade no emprego, haja vista que estão à margem das oscilações do mercado.

O fato é que com a reestruturação produtiva, agravaram-se as condições de trabalho de milhões de trabalhadores

O que de concreto se percebe é que as transformações no mercado de trabalho, sobretudo aquelas derivadas da política de “integração” do mercado brasileiro ao mercado

mundial no decorrer da década de 90, sob a vigência dos governos Collor e FHC, instauraram a insegurança trabalhista, visto que aumentaram os índices de desemprego, de informalidade e de terceirização da mão-de-obra, ou seja, a política econômica adotada na década de 90 foi responsável “pela precarização da precarização” do mercado de trabalho e das relações trabalhistas.

Na década de 90 a situação de ampla desestruturação do mercado de trabalho tornou-se tão grave que o

desemprego, apesar de extraordinário e de afetar diretamente milhões de pessoas, aparece como a ponta de um imenso iceberg. (MATTOSO: 2000 P 15)

Iceberg, este que começou a tomar estrutura, no Brasil, com a eleição do Presidente Fernando Collor de Mello, que “governou” o país de 1990-92, período em que Brasil enfrentou graves problemas não só no que diz respeito às condições de emprego, mas a deterioração de inúmeros setores como saúde e educação. O mercado de trabalho foi amplamente afetado devido, por exemplo, a falência de inúmeras empresas que eliminaram grande parcela dos postos de emprego, isso logicamente provocado pela recessão econômica que obrigou o fechamento das portas e das atividades de várias empresas. Contudo a abertura econômica associada à entrada de capital estrangeiro no país, também foi grande responsável pela intensificação da precarização na sociedade brasileira.

Na verdade, o desemprego e a precarização das condições e relações de trabalho que se observam ao longo dos anos 90, e mais intensamente no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-98), são um fenômeno de amplitude nacional, de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país. (MATTOSO, 2000 p. 09).

Nesse sentido principalmente durante os oito anos do governo de FHC, as condições do mercado de trabalho no Brasil se mostram mais precárias, isso porque a abertura comercial, associada à mundialização da economia e vinculada à reestruturação produtiva passa a exigir uma nova dinâmica no mercado de trabalho, preconizada sob o aumento da produtividade e conseqüentemente da competitividade. Esses requisitos se mostram como condição para a empresa conquistar seu espaço no mercado, para tanto se faz necessário um “novo trabalhador” menos politizado, e que o pensamento da empresa esteja em consonância com a sua vontade de trabalhar, ou seja, o pensamento da empresa e do trabalhador devem ser um só, no sentido de gerar lucro para a empresa inserindo-a no mercado competitivo, mesmo que por vezes faça isso sem perceber ou faça simplesmente, porque precisa trabalhar para garantir a sobrevivência de sua família. Sendo assim:

Entre 1993 e 2000, a produtividade do trabalho aumentou anualmente em médias 5,1%, em virtude do aumento do ritmo do trabalho, da introdução de formas flexíveis de produção e da ampliação de novas tecnologias. Observou-se também o avanço da terceirização, do emprego parcial e temporário a realocação da força de trabalho para trabalhadores não sindicalizados, o que contribui para

arrefecer o movimento dos trabalhadores.(CORSI: 2006 p.27-28)

Uma das novas exigências do mercado de trabalho competitivo passa a ser a ampliação da subjetividade do trabalhador, ou seja, quanto mais o trabalhador estiver voltado para as necessidades desse novo mercado, maiores serão suas chances de conquista de emprego, de forma que a vida do cidadão passa a ser a vida de trabalho, as relações sociais se extinguem, de forma que até as conversas entre os trabalhadores no chão-da-fábrica são banidas visto que podem resultar numa organização trabalhista, que passe a reivindicar seus direitos, como a



melhoria nas condições de trabalho. Assim a equação desse mercado precarizado busca um trabalhador dócil + bondoso + obediente + eficiente + hábil = submisso, alienado, flexível...

É nessa conjuntura que a educação assume um papel de relativa importância na “formação”, ou seja, no adestramento do trabalhador ao mercado, tanto desenvolvendo suas habilidades técnicas, quanto sua capacidade mental e psicológica. É também sob essas

circunstâncias, que a qualificação profissional ganha força, no sentido de preparar/formar esse trabalhador de acordo com o imperativo da sociedade mercantil.

Vale destacar que quando mencionamos a qualificação profissional, estamos nos referindo à capacidade de força de trabalho, no sentido de ser útil a produção, e que sendo assim gera a produção, acumulação e expansão do capital. Desta forma a capacidade de trabalho é condição fundamental da

produção, portanto tem seu próprio valor de uso que representa um valor adicional: a mais valia.

Nessa conjuntura para que o trabalhador possa ter maiores chances

de emprego frente à precarização do mercado de trabalho, deve reunir alguns quesitos, sendo que a fórmula para o emprego seria educação associada à qualificação profissional e ao esforço individual.

E é nessa perspectiva que o Estado vai desenvolver políticas no sentido de preparar mão-de-obra para esse mercado que exige um “novo profissional”, além da qualificação da mão-de-obra, representar, uma grande vantagem em termos de lucro

para empresas e indústrias. A qualificação da mão-de-obra representa condições para a mobilidade territorial do capital, já que concebem uma ampliação as alternativas territoriais de deslocamento, fornecendo possibilidades, para que as atividades produtivas possam se localizar em outros locais, que não sejam os grandes centros, já polarizados e saturados e que, portanto podem representar desvantagens quanto à lucratividade do empreendimento.

Com isso a qualificação profissional passa a ter seu valor estratégico, inclusive enquanto definidora e/ou fomentadora da territorialização das atividades produtivas, associada a formação da mão-de-obra para as esferas em expansão, ou qualificar trabalhadores para novos campos de trabalho que possam surgir e se tornar atrativos.

Visando a formação de um trabalhador com múltiplas habilidades, que esteja em consonância com as exigências do mercado, e pensando na qualificação enquanto alternativa para a mobilidade territorial do capital, o Estado cria políticas públicas voltadas para a qualificação profissional. Desta forma o governo federal lança em 1995 o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), financiado pelo Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), que se estruturava a partir das Parcerias Nacionais e Regionais (PARCs) e através dos Planos Estaduais de

Qualificação(PEQ). A partir de 2003 o PLANFOR foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que passou a se estruturar nos estados através dos Planos Territoriais de Qualificação (PLANTEQs).

Nesse âmbito em 2004 foi formulado o Plano Territorial de Qualificação dos Trabalhadores do Estado do Paraná PLANTEQ/PR. Este se estrutura no Estado através de 18 escritórios regionais⁴ que compreendem os 399 municípios do Paraná. Nestes escritórios regionais, os gestores de políticas públicas do PLANTEQ/PR, representado pelos Conselhos Municipais do Trabalho (CMT), que são constituídos por uma dimensão tripartite, que engloba representantes do poder público, dos empregadores e dos empregados orientam o levantamento das demandas de qualificação dos municípios, que são resultados de algumas análises que devem abranger as principais atividades econômicas do município levando em consideração os ramos que se encontram em expansão e que, portanto possuem uma maior necessidade de mão-de-obra, e os setores que apresentam decadência, e que

⁴ Escritório Regional de Campo Mourão, de Cascavel, de Cianorte, de Cornélio Procópio, de Curitiba, de Foz do Iguaçu (que compreende o município de Marechal Cândido Rondon), de Francisco Beltrão, de Guarapuava, de Irati, de Ivaiporã, de Jacarezinho, de Londrina, de Maringá, de Paranavaí, de Pato Branco, de Ponta Grossa, de Umuarama, e de União da Vitória.

portanto não tem a exigência de um excedente de mão-de-obra qualificada.

Outra questão que deve ser levantada é quanto ao perfil da qualificação profissional, ou seja, que ramos produtivos precisam de trabalhadores qualificados, e quais as qualificações necessárias. É preciso avaliar também a possibilidade de outras formas de geração de emprego, ou seja, elaborar um diagnóstico, abordando quais ramos poderiam se tornar vocação de emprego e renda para o município. Com os dados acima é possível constatar quais serão os públicos prioritários a serem atendidos pela política de qualificação profissional.

É importante ressaltar que o levantamento dos dados que revelam a potencialidade do município, deve ser feito vinculado ao objetivo geral do PLANTE/PR, que visa:

Proporcionar, ao cidadão trabalhador, conhecimentos que lhe permitam qualificar-se, requalificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade, numa perspectiva cidadão, ou seja, que lhe permita condições de (re)inclusão social e profissional. (SECRETARIA DE TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL: 2004 p. 49)

Podemos perceber como a qualificação e a constante (re)qualificação profissional são vistas como possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, como se o grande problema fosse a falta de trabalhadores qualificados, e os índices de desemprego passam então a ser justificados pelo fato dos trabalhadores não atenderem as demandas funcionais do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a qualificação profissional é abordada pelo discurso dominante como possibilidade para a inclusão profissional, além de significar certa garantia para o trabalhador qualificado, que se ele for demitido, terá melhores condições de conseguir um outro emprego, e num tempo menor do que um trabalhador que não possui tantas habilidades profissionais.

É colocado para o trabalhador que não basta se tornar especialista em um único ramo do processo produtivo, é necessário se tornar um trabalhador multifuncional e que domine diversas habilidades, assim ele se tornará menos vulnerável as oscilações do mercado, visto que, se for demitido nem sempre encontrará um emprego onde se permita a execução das mesmas atividades do emprego perdido, porém se o trabalhador possui outras habilidades, poderá facilmente se encaixar em outra atividade.

A qualificação [...] deve ser entendida como uma relação social

complexa e multidimensional, que articula através de processos individuais e coletivos, trabalho e educação. Para os trabalhadores pode significar maior autonomia do trabalho e aumento do valor de troca de trabalho. Para os empregadores, maior possibilidade de aproveitamento da força de trabalho no tempo, traduzido pelo aumento da produtividade e qualidade. (SECRETARIA DE TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL: 2004 p. 50)

A qualificação é vista como vantagem tanto para o empregado como para o empregador, ou seja, ao mesmo tempo em que permite ao trabalhador a inclusão no mercado de trabalho, ou possibilitando-o de se tornar autônomo, fornece condições para o empregador no sentido de aumentar seus lucros através do aumento da produtividade e da qualidade do trabalho e/ou da produção. Assim, a “qualificação” carregada de ideologias, é embutida para o trabalhador como condição para a ascensão social e profissional, ou ao menos, de poder desfrutar de um lugar confortável no mercado de trabalho, mesmo frente às oscilações e imprevisibilidades do mesmo, através da obtenção/manutenção do



emprego mediada pela qualificação profissional.

É interessante ressaltar que sob esse prisma a qualificação profissional teria como desafio, gerar inclusão social, através da redução das desigualdades sociais, ou seja, o trabalhador que se encontra em situação de desvantagem social, se qualifica consegue um emprego, e melhora as “condições de vida” de sua família. Como se fosse tão simples e fácil, o cidadão conseguir um emprego e este possibilitar condições de redução nos índices de desigualdade social. E como se a partir do momento que o trabalhador consegue emprego, não seja mais necessário desenvolver outras políticas públicas para atender suas necessidades, pois o emprego lhe fornece condições para suprir suas necessidades.

a qualificação do trabalhador deve ser entendida como um conjunto de políticas que se situam na fronteira do trabalho e da Educação, intrinsecamente vinculadas a um Projeto de desenvolvimento incluyente, distribuidor de renda e redutor das desigualdades. Apesar de não criar empregos e de não ser a garantia para ocupação imediata, pode desempenhar papel relevante na probabilidade de obter/manter emprego e de aumento de renda

para um ampla gama de indivíduos e, integrada à educação básica, configura-se como instrumento importante de combate à pobreza e exclusão social. (SECRETARIA DE TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL: 2004 p. 50)

A qualificação profissional é adotada como uma medida paliativa, no sentido do governo mostrar “ação” frente aos problemas sociais, mas aí afirmar que a qualificação se mostra como condição para a redução das desigualdades sociais, é demagogia ao extremo, pois se a própria SECRETARIA DE TRABALHO EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL – (SETP), coloca que a qualificação não significa “garantia para a ocupação imediata”, como pode representar redução das desigualdades sociais? O que é entendido por redução das desigualdades sociais? Conseguir um emprego com carga horária de 40 horas semanais e retribuição de um salário mínimo? Até que ponto esse emprego conquistado pela qualificação do trabalhador representa combate à pobreza e a exclusão social?

O fato é que com o avanço da reestruturação produtiva e consequente

desestruturação do mercado de trabalho, fez com que surgissem muitos cursos de qualificação profissional, não somente sob a esfera pública, mas também diversas “empresas” que passaram a vender treinamento e habilidades para que o trabalhador possa garantir um emprego reduzindo consequentemente a desigualdade social. Não negamos o ato que a conquista de um emprego pode significar ascensão social, porém não podemos ser hipócritas e afirmar que tal

a qualificação nos moldes do PLANTEQ/PR antes de representar redução quanto a desigualdade social, representa condições para a manutenção da sociedade vigente proletário-burguesa, e, portanto para a continuidade de uma sociedade baseada na exploração do trabalho e na luta de classes.

ascensão será resultado do esforço do trabalhador, no sentido de se qualificar, isso porque a dinâmica territorial do trabalho sob o capitalismo enseja um conjunto de problematizações, no sentido que a qualificação nos moldes

do PLANTEQ/PR antes de representar redução quanto a desigualdade social, representa condições para a manutenção da sociedade vigente proletário-burguesa, e, portanto para a continuidade de uma sociedade baseada na exploração do trabalho e na luta de classes.

O PLANTEQ/PR E OS CENÁRIOS DA QUALIFICAÇÃO

**PROFISSIONAL EM MARECHAL
CÂNDIDO RONDON/PR**

Levando em consideração os objetivos do PLANTEQ/PR de qualificar o trabalhador de acordo com as funções demandadas pelo mercado de trabalho e assim proporcionar condições para o trabalhador manter/obter emprego no mercado de trabalho formal, foram oferecidos três cursos de qualificação em Marechal Cândido Rondon. O primeiro de recepcionista de hotel no ano de 2004 que atendeu a 25 trabalhadores, um segundo em 2005 que treinou 18 trabalhadores para a função de eletricitista/instalador predial, e o último curso oferecido em 2007 de mecânico automotivo que foi realizado por outros 18 trabalhadores, este último, foi usado como investigação de nossa pesquisa.⁵

Com o objetivo de estudar a qualificação profissional preconizada pelo PLANTEQ/PR, verificando seus efeitos para o jovem trabalhador rondonense, entrevistamos três membros do CMT, lembrando que como essa entidade é uma

organização tripartite, conversamos com um membro de cada segmento formador do CMT, sendo assim colhemos depoimentos de um representante do poder público, um representante dos empregadores e por fim o representante dos trabalhadores.⁶

Percebemos muitas contradições nas declarações dos conselheiros, sendo que um deles (o representante dos empregados) não tinha conhecimento que era membro do CMT, e inclusive ficou surpreso quando o procuramos como sendo um conselheiro municipal do trabalho. Quando falamos em PLANTEQ/PR, ele falou que não sabia da existência desse plano no município e ainda ressaltou que nunca foi convocado para qualquer reunião do CMT, ou para qualquer reunião que fosse discutir as necessidades do município quanto à qualificação profissional dos trabalhadores.

O representante dos empregadores afirmou que participou de duas reuniões do Conselho, porém em nenhuma delas foi tratado qualquer assunto referente ao PLANTEQ/PR, ainda nos comunicou que a diretoria do conselho está desatualizada, isso porque deveria ter ocorrido uma

⁵ Ressaltamos que era nosso intuito pesquisar os três cursos oferecidos pelo PLANTEQ/PR em Marechal Cândido Rondon, porém os dados dos dois primeiros cursos não se encontravam na Agência do Trabalhador do município, desta forma foram liberados, o nome bem como os dados dos trabalhadores treinados somente no curso de mecânico automotivo oferecido em 2007, com isso nosso trabalho de campo se restringiu aos jovens que realizaram o curso de mecânico automotivo.

⁶ Como representante do poder público entrevistamos o presidente do CMT Carmelindo Daroch, representado os empregadores conversamos com Valdir Alves Garcia, e por fim entrevistamos o Sr. Edvino Albrecht presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de alimentação de Marechal Cândido Rondon e portanto representante da classe trabalhadora.

eleição para a renovação do mesmo, isso há dois anos atrás, portanto em 2005, e sendo assim em vias legais o CMT inexistente em Marechal Cândido Rondon.

Já o representante do poder público afirmou que o CMT é muito atuante e que a diretoria tem se organizado para definir as prioridades dos cursos a serem oferecidos, de acordo com as necessidades e com a vocação do município, e que em parceria com a agência do trabalhador tem buscado atender as demandas que o mercado exige quanto à qualificação.

Com tais colocações feitas pelos representantes acima citados, podemos observar e deduzir que, por ser um órgão que não oferece carreira e/ou salário, ou seja, quem trabalha no CMT presta serviços para a comunidade no sentido de atender aos trabalhadores de acordo com suas necessidades (ou pelo menos deveria ser assim), não há grande interesse no desenvolvimento de suas ações, sem falar no pouco caso que são tratados os representantes dos trabalhadores, já que conforme afirmaram nunca foram comunicados de sua função no conselho, e que apenas o representante do poder público, que inclusive é o presidente do conselho, soube fornecer alguma informação a respeito do PLANTEQ/PR e suas ações no município.

Perguntamos como ocorre a escolha dos cursos de qualificação a serem

oferecidos pelo PLANTEQ/PR, apenas o representante do poder público respondeu, visto que os demais disseram nunca ter participado de nenhuma discussão dessa natureza. Assim o presidente do conselho relatou: “é reunida a comissão/diretoria do CMT e a partir de então são definidas as prioridades dos cursos de acordo com a vocação do município e de acordo com a agência do trabalhador se estabelece as demandas que o mercado exige”⁷.

Como foi colocado anteriormente, o levantamento das demandas de qualificação dos municípios, ocorrem no sentido de elencar as prioridades quanto à qualificação profissional a partir do levantamento das atividades em expansão e em retração no município. Portanto qualificando o trabalhador de acordo com a necessidade de mão-de-obra e com o profissional que o mercado exige. Entendendo a qualificação enquanto formação humana e conseqüentemente de habilidades, verifica-se:

A educação e a formação humana terão como sujeito definidor as necessidades, as demandas do processo de acumulação do capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir. Ou seja, reguladas e subordinadas pela esfera privada, e à sua reprodução. (FRIGOTTO: 1996 P 30-31)

⁷ Entrevista concedida por Carmelindo Daroch em 16/05/07

Desse modo a qualificação profissional está diretamente vinculada a possibilidade de ganhos frente à acumulação do capital, de forma que a qualificação profissional passa a ser regulada de acordo com as necessidades tanto de produção como de acumulação do mercado. Dessa forma, quando perguntamos ao representante do poder público se a qualificação profissional poderia ser determinante para a conquista do emprego no mercado de trabalho formal, ele respondeu, “se não oferecer curso/qualificação ele vai sempre estar no subemprego à margem do mercado de trabalho, isso porque o grande problema não é a falta de trabalho, mas de mão-de-obra qualificada”.

Nesse mesmo sentido o representante dos empregadores ressaltou que, “as pessoas que estão procurando emprego estão bem longe da qualificação necessária para atender as necessidades das empresas, tanto na formação como na aparência pessoal”⁸.

Sendo assim a qualificação não está restrita somente a um conjunto de habilidades técnicas, mas também as condições estéticas do trabalhador, sendo que este deve apresentar boa aparência para a conquista do emprego. O representante dos empregadores ainda

ressaltou dando um exemplo “se você quiser trabalhar de atendente em uma loja, você deve usar roupas apropriadas quando for entregar seu currículo, e não ir de camiseta e chinelo, pois as lojas trabalham com o visual do funcionário”⁹.

Não somente os conhecimentos e habilidades técnicas se mostram como pré-requisito para a conquista do emprego, mas também o estilo do trabalhador, seus pensamentos, seu humor, enfim o trabalhador se torna um pacote com diversas habilidades e condições, e aquele que apresentar um maior número de vantagens para a acumulação do capital, teoricamente terá maiores possibilidades de conquistar um emprego, segundo a teoria do capital.

Porém deve-se destacar que:

A qualificação humana, diz respeito ao desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estética e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção de valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano no seu devir histórico. Está, pois no plano dos direitos que não podem ser mercantilizáveis, e quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana. (FRIGOTTO: 1996 p. 38)

⁸ Entrevista concedida por Valdir Alves Garcia em 17/05/2007

⁹ Entrevista concedida por Valdir Alves Garcia em 17/05/2007.

A qualificação profissional, que se estrutura no PLANTEQ/PR não vislumbra a produção de valores de uso, e sim de valores de troca, no sentido de agregar valor a qualidades e características do trabalhador para melhor se enquadrar na lógica da competitividade do mercado. E, portanto, quando assume esse caráter de valor de troca, pode-se dizer que a qualificação humana se torna uma mercadoria, capturando conseqüentemente a própria subjetividade do trabalhador. Desse modo o trabalhador se torna mercadoria à disposição do mercado.

Ainda quanto à qualificação profissional perguntamos, "qual a importância da qualificação



profissional no que significa a manutenção do emprego ou a inserção no mercado de trabalho formal". Nesse sentido o representante do poder público ressaltou, "não adianta inserir o trabalhador no mercado sem acompanhamento, é preciso um acompanhamento psicológico, emocional, para que ele se sinta bem no emprego. É necessário que o trabalhador continue se aperfeiçoando que o trabalhador queira continuar se

aperfeiçoando. Quanto mais ele se preparar maior será o retorno"¹⁰.

Sendo assim o processo de qualificação/requalificação da mão-de-obra expressam as novas formas de sociabilidade capitalista, através do adiestramento do trabalhador revelada na formação polivalente, no trabalho flexível, criativo, leal, visando a competitividade e a produtividade ensejadas na lógica do mercado e do capital.

São essas novas formas de sociabilidade capitalista que intensificam a desestruturação do mercado de trabalho, ocasionando o desemprego estrutural e a precarização das relações trabalhistas, que engloba trabalhadores de

todas as faixas etárias, e a nosso ver atinge de maneira especial os jovens, isso porque, se a qualificação se mostra como um pré-requisito para a conquista do emprego, estes se encontram em desvantagem em relação aos demais trabalhadores, por não possuírem experiência e um conjunto de habilidades que são adquiridas no decorrer do tempo. Portanto, os jovens podem ser mais vulneráveis as exigências do mercado,

¹⁰ Entrevista concedida por Carmelindo Daroch em 16/05/2007

se a conquista de um emprego formal tiver alguma relação direta com a qualificação do trabalhador.

Nessa perspectiva perguntamos “se os jovens encontram alguma dificuldade quanto à conquista de emprego formal”, e o representante do poder público destacou: “sim, justamente pela questão da iniciação profissional, esse trabalho deve começar cedo, iniciando na guarda-mirim, isso porque as empresas exigem um jovem melhor preparado”¹¹, nesse mesmo entendimento o representante dos empregadores ressaltou “hoje a pessoa que tem alguma qualificação, ela muda seguidamente de emprego conseguindo uma ascensão salarial, e o jovem deve buscar a qualificação justamente pela necessidade de que as empresas têm de buscar mão-de-obra qualificada”¹².

Divergindo da opinião do representante do poder público e dos empregadores, o representante dos empregados que por sinal é o presidente do sindicato das indústrias de alimentação de Marechal Cândido Rondon, lembrou que “a qualificação por si só não se mostra como condição para a conquista do emprego”, pois para ele, o que falta no município são bons empregos, “os trabalhadores procuram melhores salários,

e emprego até que tem, mas o trabalho é penoso e o salário muito baixo”. E quanto à qualificação profissional ele destacou “que o trabalhador aprende trabalhando”¹³.

É possível verificarmos as diferentes opiniões quanto à importância da qualificação profissional para a conquista de emprego, fato que se torna provável por representarem interesses opostos e por ocuparem lugares contraditórios perante à lógica do mercado. Sendo assim frente à necessidade de qualificação profissional se constata um conflito de classes e, portanto de interesses antagônicos, onde os representantes do mercado que visam a lucratividade e a produtividade, destacam a qualificação como possibilidade para a manutenção/entrada no mercado de trabalho, sendo que o esforço despendido para adquirir habilidades se reverte em estabilidade profissional ou ao menos vantagens perante aos demais trabalhadores.

Deste modo perguntamos aos “conselheiros” se “o CMT tem alguma discussão ou política que vise atender as necessidades dos jovens quanto ao mercado de trabalho”. Assim o presidente do conselho e representante do poder público¹⁴ respondeu, que tem sido feito o

¹¹ Entrevista concedida por Carmelindo Daroch em 16/05/2007

¹² Entrevista concedida por Valdir Alves Garcia em 17/05/2007

¹³ Entrevista concedida por Edvino Albrecht em 22/05/2007

¹⁴ Ressaltamos que a maioria das perguntas foram respondidas apenas pelo representante do poder

planejamento de acordo com a demanda, quanto a mão-de-obra que pode ser constatada diariamente nas vagas ociosas da agência do trabalhador. Porém como uma das ações prioritárias do PLANTEQ/PR é qualificar para reduzir as desigualdades sociais, ele ressaltou que muitas vezes os cursos são solicitados, porém acabam não sendo destinados para o município, devido ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), ser consideravelmente elevado se comparado a demais municípios do Paraná. Contudo as propostas para novos cursos de qualificação para Marechal Cândido Rondon tem sido barradas pelo Conselho Estadual do Trabalho, que prioriza regiões e/ou municípios com sérios problemas sociais em detrimento do menor oferecimento de cursos em municípios que apresentam melhores IDH's. Essa seria (de acordo com a declaração do presidente do CMT), a justificativa por terem sido oferecidos apenas três cursos de qualificação no município sob a regência do PLANTEQ/PR. Contudo de maneira direta o CMT não possui nenhuma discussão sobre políticas que visem atender os jovens quanto a inserção no mercado de trabalho.

público, haja vista, que o representante dos trabalhadores indagou que nunca foi comunicado que seu nome compunha o CMT, bem como o representante dos empregados disse não mais fazer parte do conselho.

Pensando no PLANTEQ/PR enquanto agente para a redução dos índices de desigualdade social, indagamos aos conselheiros se tal redução tem ocorrido com os trabalhadores qualificados pelo PLANTEQ/PR, sendo que o único que respondeu, foi o representante do poder público, que disse não saber se isso tem se efetivado na prática, já que não existe um controle quanto a relação trabalhador qualificado x conquista de emprego. Contudo o mesmo ressaltou ser fundamental o acompanhamento dos trabalhadores qualificados, para perceber se os objetivos do PLANTEQ/PR têm sido concretizados.

Todavia mais uma vez foi possível percebermos o discurso da qualificação como redentora dos trabalhadores. Quando indagamos sobre “qual seria o maior empecilho para a aquisição de emprego formal em Marechal Cândido Rondon” o presidente do CMT foi enfático em dizer que se deve “à falta de qualificação”, ressaltando que a sociedade organizada rondonense busca trazer cursos de qualificação para o município, pois todo o curso é positivo em termos de aquisição de trabalho, já que o maior problema é a falta de trabalhador qualificado.

Nota-se nesta declaração o discurso para a formação de um trabalhador multifuncional e polivalente, que possa e

saiba desenvolver várias funções, e que portanto possua diversas habilidades.

Os novos conceitos abundantemente utilizados pelos homens de negócio e seus assessores – globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” – são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação, quanto para redefinir formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial.(FRIGOTTO: 1996 P 144)

Entretanto destacamos que a qualificação sem a existência de políticas públicas que se revertam na criação de bons empregos, não significa, via de regra, condição fundamental para a conquista de emprego no mercado formal de trabalho. Até porque muitos dos cursos não qualificam, mas treinam para algumas habilidades específicas.

A seguir apresentaremos as perspectivas dos jovens treinados¹⁵ pelo curso de mecânico automotivo enquanto

possibilidade para a conquista de emprego no mercado de trabalho formal, ou seja, verificar se a qualificação profissional se mostra como um instrumento para a conquista do emprego.

Desta maneira objetivando verificar os efeitos do PLANTEQ/PR para o jovem trabalhador rondonense dos nove jovens treinados, conversamos até o momento com quatro jovens treinados pelo curso de mecânico automotivo.¹⁶

Quanto ao perfil destes nove jovens com idade entre 18 e 25 anos, de maneira geral, percebemos que apenas dois possuem ensino médio completo e se levamos em conta a idade tida como ideal para a conclusão do ensino médio todos deveriam tê-lo concluído.

No que se refere à situação no mercado de trabalho verificamos que apenas três estão empregados com registro na carteira de trabalho, porém nenhum deles trabalha na área em que realizou o curso de qualificação. Apenas um jovem trabalha como mecânico automotivo, sendo autônomo, possuindo, portanto sua própria mecânica.

De acordo com a renda familiar dos jovens, de maneira empírica, podemos ressaltar sua insuficiência para atender a

¹⁵ Dos 18 trabalhadores treinados pelo curso de mecânico automotivo, selecionamos todos os jovens que fizeram o curso, como existe uma série de contradições quanto à definição da faixa etária dos jovens, selecionamos desde a menor idade no caso 18 anos até o trabalhador com 25 anos, por acreditarmos que estes se encontravam em condições semelhantes quanto à obtenção de emprego no mercado de trabalho formal.

¹⁶ Identificamos como dificuldade para a não realização das entrevistas com todos os jovens, o fato de que apesar de possuímos endereço e telefone dos mesmos, muitas vezes tentávamos entrar em contato mas o telefone erra incorreto, ou em alguns casos os jovens já não residem em Marechal Cândido Rondon.

todas as necessidades (moradia, água, luz, gás, alimentação, saúde, educação, lazer, etc.); visto que se fizermos a média salarial de cada membro das nove famílias, constataremos que cada um vive com uma renda mensal de R\$260.00.

TABELA I – Perfil dos Jovens treinados pelo curso de mecânico automotivo

Nome	idade	escolaridade	S.M.T*	Nº de membros na família	Renda familiar
André Gaspar Simão	22	Ensino Médio completo	Empregado	5	R\$1500,00
Allan Michel Seibert	23	Ensino Médio incompleto	Autônomo	6	R\$2500,00
Alex Alves de Souza	22	Ensino Médio incompleto	Desempregado	2	R\$450,00
Jéferson de Souza Corrêa	20	Ensino Médio incompleto	Desempregado	3	R\$800,00
Marlus Daniel Meurer	24	Ensino Médio incompleto	Empregado	5	R\$1000,00
Marcelo José Glovaki	22	Ensino Médio incompleto	Empregado	4	R\$800,00
Néri Carlos Gass	18	Ensino Médio incompleto	Desempregado	3	R\$300,00
Simone Rosa Weismann	23	Ensino Médio incompleto	Desempregado	5	R\$1200,00
Valmir Fraida Laoil	25	Ensino Médio completo	desempregado	4	R\$300,00

*S.M.T. – Situação no Mercado de Trabalho.

Fonte: Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social/Agência do Trabalhador/Marechal Cândido Rondon/PR.

Org: Diane Daniela Gemelli/2007

Sendo assim perguntamos aos jovens “quais os motivos que o levaram a escolher o curso de qualificação”. Todos responderam que o motivo principal seria “ter uma profissão”, ou seja, o curso de qualificação formaria para uma profissão. O jovem André destacou “o que me levou a fazer o curso foi o fato de não ter uma profissão, fiz o curso para aprender, para

ter uma profissão e conseguir um emprego”.

Assim um novo profissional se formaria em poucos meses, e então nos indagamos, o que é ser um profissional na área de mecânico automotivo? Como se forma esse profissional? E o principal, se este profissional tem se inserido no mercado de trabalho?

Um segundo jovem trouxe em sua resposta a idéia central do discurso dominante, que aponta a qualificação profissional enquanto prerrogativa para ampliar as possibilidades para a conquista do emprego, dizendo que fez o curso “para adquirir experiência profissional, porque para conseguir emprego se exige experiência, o mercado de trabalho tá difícil, aí eu sempre gostei de mexer com carro, e fiz o curso para ter uma profissão”¹⁷. Percebemos que este jovem já incorporou o discurso que fala da

necessidade de buscar experiência e aperfeiçoamento técnico-profissional para conseguir emprego no mercado de trabalho formal sob a era da precarização ensejada

pelas transformações nas relações produtivas.

Percebemos que as transformações nas relações produtivas exigem um novo perfil de profissional, para entrar no mercado de trabalho é necessário que o profissional reúna um conjunto das habilidades que se expressam na capacidade de garantir sua empregabilidade, de auferir valor a sua capacidade produtiva.

A partir do momento que o jovem destaca que “está difícil conseguir um emprego”, e que, portanto faz o curso para “adquirir experiência e apreender uma profissão”, o mesmo acredita que possuindo algumas habilidades, as suas chances de entrar no mercado de trabalho serão melhores e maiores, e nessa mesma perspectiva, tira-se a responsabilidade do Estado no sentido de garantir emprego, e este passa a ser o resultado do esforço individual dos trabalhadores.



A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade

individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. (GENTILI: 1998 p. 89)

Ainda no sentido da empregabilidade como esforço individual relacionado, portanto a qualificação profissional e seus efeitos para a conquista do emprego, perguntamos aos jovens “você acredita que a qualificação é de fato necessária para a entrada e/ou permanência no mercado de trabalho”, um dos jovens destacou “é preciso senão sempre vai ter

¹⁷ Entrevista concedida por Marlus Daniel Meurer 23/05/2007

alguém melhor que você, daí você fica pra trás”¹⁸. Enquanto outros dois jovens destacaram que “a qualificação é sim importante, mas não basta é preciso oferecer oportunidades para o jovem entrar no mercado do trabalho”. Um dos jovens ainda ressaltou, “como os empresário querem cobrar experiência do trabalhador se nunca oferecem oportunidade para o jovem trabalhar”¹⁹.

Sendo assim, a qualificação como política pública se torna ineficaz para a conquista do emprego, quando não existem iniciativas por parte do Estado no sentido de gerar emprego e renda, principalmente para o jovem trabalhador, que não possui experiência e, portanto não se mostra competitivo no mercado de trabalho. Muitas vezes esses programas de qualificação profissional se mostram mais como medidas paliativas, do que como soluções para o desemprego e possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

¹⁸ Entrevista concedida por Alex Alves de Souza em 27/05/2007

¹⁹ Entrevista concedida por André Gaspar Simão 21/06/2007

De acordo com um dos objetivos do PLANTEQ/PR, expostos pela SETP, a qualificação profissional deve “auxiliar na ampliação da probabilidade de obtenção de trabalho e de geração ou elevação de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego”.

Nesse sentido perguntamos aos jovens treinados se atualmente estão trabalhando na área que se aperfeiçoaram. A resposta dos três jovens foi a mesma, nenhum trabalha como mecânico automotivo, sendo que um está desempregado e os outros dois exercem outras funções, ressaltando que o jovem que atualmente se encontra desempregado já trabalhou por três anos como mecânico, e possui experiência nessa atividade, e destacou que mesmo entregando seu currículo em diversas oficinas, não foi chamado para nenhum teste ou entrevista.

Constatamos neste caso, a ineficácia da qualificação profissional enquanto prerrogativa para a conquista do emprego.

A oferta generalizada de cursos rápidos de qualificação profissional

como os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador não tem mostrado melhorar as condições de inserção no mundo do trabalho, daqueles em situação de risco social, geralmente com precária escolarização e precariamente “socializados”, segundo o modelo urbano tecnologicamente desenvolvido. (KUENZER: 1998 p. 68)

Logo a qualificação profissional não deve ser vista enquanto garantia da conquista de emprego ou da permanência no mercado de trabalho, assim como não podemos afirmar que em dois ou três meses de um curso, o trabalhador se torna um profissional naquela área, e é nesse sentido que apontamos que tais cursos treinam e não qualificam o trabalhador. A qualificação também é colocada para o trabalhador como alternativa para deixar de ser assalariado e se tornar autônomo, e assim nos indagamos da eficiência desses cursos no sentido de formarem profissionais em curto tempo para se tornarem “livres” da competitividade do mercado de trabalho assalariado.

A qualificação profissional sob a era da precarização é colocada, sobretudo pelo discurso dominante como possibilidade de maiores garantias no mercado de trabalho, lembrando das novas formas de sociabilidade capitalistas que colocam a necessidade do trabalhador possuir múltiplas habilidades, sendo esta

uma forma de garantir sua empregabilidade no mercado competitivo.

Quanto às perspectivas dos jovens após a realização do curso no que se refere à conquista de emprego, todos destacaram que gostariam de trabalhar na área em que se aperfeiçoaram, porém ressaltaram que não existe vaga para mecânico no município, e quanto esta surge exige-se experiência. Um dos jovens inclusive mudou-se para outro município buscando melhores chances quanto à conquista do emprego.

Segundo a SETP, o curso de qualificação somente é oferecido após um estudo que indica a demanda de trabalhadores qualificados no município, assim se analisa as áreas em expansão e o curso é solicitado. No entanto constatamos uma contradição, pois os jovens treinados disseram não encontrar trabalho como mecânico, pois não existe vaga no município. Então nos deparamos diante de uma situação que nos faz pensar nos mecanismos adotados pelo capital no que se refere ao controle e exploração do trabalho, ou seja, será que o município necessitava de 18 mecânicos automotivos qualificados, ou será que se buscou “preparar” essa mão-de-obra para incitar a competitividade entre os trabalhadores, gerando assim lucro aos empresários do ramo, ou ainda o curso foi oferecido no sentido de passar a imagem de que o

governo se preocupa com o desemprego e com a qualificação profissional, e desta forma possibilitou a 18 trabalhadores uma melhor condição quanto à inserção no mercado de trabalho? Ou será que se formaram trabalhadores para o desemprego?

Educar para o emprego levou ao reconhecimento (trágico para alguns natural para outros) de que se deveria formar também para o desemprego, numa lógica de desenvolvimento que transformava a dupla “trabalho/ausência de trabalho” num matrimonio inseparável.(GENTILI: 1998 p. 89)

A qualificação profissional enquanto uma esfera da educação assume um papel estratégico nas relações produtivas, no sentido de ser um dos mecanismos utilizados pelo capital, para o controle e exploração do trabalho. E é desta forma que o trabalhador também se torna mercadoria, e essa mercadoria não se refere somente a sua capacidade laboral, mas também as demais dimensões do ser humano. Deste modo a educação enquanto produtora de capacidade de trabalho também é responsável pela reprodução dos interesses capitalistas.

É nesse bojo que os jovens estão inseridos, sem saber concretamente que carreira seguir ou o tipo de ocupação que desejam, e estando inseridos num mercado que exige experiência e constante

qualificação/requalificação, os jovens tendem a fazer os cursos de qualificação para terem mais atributos a oferecer na hora da procura do emprego. Contudo, muitas vezes a escolha da carreira não está relacionada com o desejo pessoal ou com a vocação profissional, ou seja, a escolha perpassa pela lógica do mercado, no sentido de “ser” o profissional que o mercado precisa, e de uma forma ou de outra os cursos de qualificação assumem um papel determinante na “escolha” da carreira profissional.

Pensando na condição do jovem trabalhador sob a desregulamentação do mercado de trabalho e, portanto a exigência de um novo trabalhador, perguntamos aos jovens “você acredita que o fato de ser jovem, se mostra como um benefício ou empecilho para conseguir emprego?”. Os jovens destacaram que a condição de ser jovem é relativa no que se refere à obtenção do emprego, porém ressaltaram que o fato de não terem experiência profissional pode ser decisivo para a não contratação do trabalhador juvenil.

O jovem Alex destacou “depende do ponto de vista de quem vê, de quem contrata, tem gente que prefere o jovem, mas tem gente que quer alguém com experiência e nem sempre o jovem tem”. André acrescentou “muitos querem contratar alguém e ensinar do jeito deles,

para que o cara faça as coisas certas, mas muitos também querem gente com experiência, aí os jovens não têm oportunidade, como vão cobrar a experiência do cara se ninguém dá oportunidade, aí complica”.

De acordo com a resposta dos jovens podemos constatar que a experiência tem um peso decisivo na contratação podendo então ser um empecilho no que se refere à obtenção de emprego por parte do jovem, em contrapartida o fato de ser jovem talvez seja um benefício, visto que, permite ao empregador preparar a mão-de-obra segundo seus interesses.

O jovem pode se tornar atraente para o capital, pois este pode adestrá-lo segundo suas necessidades, formando um trabalhador de acordo com as necessidades de produção e competição da empresa, e quando falamos em produção, não nos referimos apenas às atividades industriais, mas também aos demais setores, como do comércio, por exemplo, que precisa de um trabalhador com algumas qualidades específicas (relatadas inclusive pelo representante dos empregadores) para atrair os clientes. É nesse sentido que o trabalho se torna o elemento central da sociedade, tanto para entender a dinâmica territorial do capital quanto para entendermos a dinâmica das relações sociais.

Nesse emaranhado de relações o primeiro emprego pode representar um papel determinante na escolha da carreira profissional. Como destaca Sennett (1999), o primeiro emprego é para o jovem a porta de entrada no mercado de trabalho. Isso é particularmente relevante à medida que verificamos as mudanças importantes que estão ocorrendo no mundo do trabalho particularmente em relação à organização do processo produtivo e às exigências de qualificação da mão de obra.

O primeiro emprego pode representar a captura da subjetividade operária, e da subordinação intelectual e dos valores e princípios do trabalhador para com a empresa/indústria. O fato do empregador fornecer o primeiro emprego para o jovem pode significar um ganho para o capitalista que poderá moldá-lo de acordo com seus interesses, em contrapartida a contratação de um trabalhador já formado e com experiência, elimina uma série de etapas na formação da mão-de-obra e conseqüentemente o ganho capital com isso pode ser mais expressivo, do que o valor dispensado para a formação do trabalhador juvenil.

CONCLUSÕES

De acordo com as entrevistas realizadas com os jovens treinados no

curso de mecânico automotivo, constatamos que nenhum dos jovens entrevistados trabalha na área em que se qualificaram, sendo que dois jovens destacaram a falta de experiência como o motivo para terem sido empregados como mecânico automotivo. Todos julgaram ser importante a qualificação profissional para aquisição de emprego no mercado de trabalho formal, porém, destacaram que a qualificação por si só não basta, é preciso dar oportunidade para o trabalhador sem experiência.

Assim as perspectivas dos jovens em termos de emprego após a realização do curso não são satisfatórias, visto que todos declaram que estão em busca de



emprego, mas não estão encontrando, seja por falta de experiência, ou pelo fato de não encontrarem vaga. Contudo percebemos a ineficiência da qualificação profissional enquanto prerrogativa para a conquista do emprego para o jovem rondonense.

Quanto às entrevistas realizadas com os Conselheiros Municipais do Trabalho, percebemos que o representante do poder público, bem como o empregador, julgaram de fundamental

importância a qualificação profissional para a entrada no mercado de trabalho, destacando que o grande problema não é a falta de trabalho, mas de mão-de-obra não-qualificada. Enquanto que o representante dos trabalhadores destacou que o grande problema é a falta de emprego. Percebemos uma contradição entre os discursos dos dois primeiros conselheiros e os resultados em termos da conquista do emprego quanto aos jovens treinados pelo PlanTeQ/PR.

Há uma apropriação da qualificação

profissional pelo capital, no sentido de transmitir para o trabalhador e principalmente para o jovem que está em busca do primeiro emprego, que a melhoria do nível de

aperfeiçoamento técnico-profissional, proporciona maiores chances de aquisição de emprego e que o desemprego é causado pela baixa qualificação profissional.

Assim a qualificação profissional que é colocada como uma provável alternativa concreta para a diminuição do desemprego, não se mostrou eficaz para os jovens treinados pelo curso de mecânico automotivo, pois não significou a conquista do emprego.

Contudo, destacamos que o curso oferecido pelo PLANTEQ/PR pode representar uma estratégia adotada segundo as necessidades de expansão do mercado de trabalho, quanto ao desenvolvimento de uma determinada atividade econômica, no caso de mecânico automotivo, e desta forma percebemos a adequação dos meios locais via qualificação profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho** São Paulo: Boitempo, 2000.
- CORSI Francisco Luiz. **Economia do Capitalismo Global: um balanço crítico do período recente**. In: Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global. Giovanni Alves [et.al...](orgs). 1. ed. Maringá(PR): Práxis, 2006.
- COSTA, Áurea. **A Educação profissional não formal de nível básico: um instrumento de controle da questão social?** In: Revista Trabalho & Educação – (julho de 2002 – n°. 11). Belo Horizonte: Publicação da Faculdade de Educação da UFMG, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva: um re(exame) das relações entre educação e estrutura econômico-social do capitalismo**. São Paulo: Cortez, 1986.
- GENTILI, Pablo. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. Coleção Estudos Culturais em Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola**. Coleção Estudos Culturais em Educação. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de emprego nos anos 90** São Paulo/SP: Fundação Perseu Abramo. CUT, 1999.
- SECRETARIA DO ESTADO DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL. **Plano Territorial de Qualificação do Estado do Paraná – PlanTeQ/PR 2004-2007 Curitiba/PR:2004**.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter** Rio de Janeiro: Record, 1999.

**PLANTEQ/PR: REFLECTIONS ON THE PROFESSIONAL
QUALIFICATION IN MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR**

Abstract – In this article we will display some reflections about the professional qualification while on public politics to the transformations in the productive relations that aim at the formation of “new” a worker, and which the striking of the professional qualification as for the insertion/maintenance of the young in the work market, remembering that the professional qualification can represent an important space striking to the measure that can influence in the territorialização of the economic activities. For in such a way in we lean over them under the Territorial Plan of Qualification of the Worker - PLANTEQ/PR. In the chance we will display some reflections on the interviews carried through with responsible the municipal council members of the work for the choice of the qualification courses to be offered and regulated for the PLANTEQ/PR and with the young ones trained by the course of offered automotivo mechanic in 2007 for the PLANTEQ/PR, in the city of Marechal Cândido Rondon, and that “it characterized/it trained/trained” 18 workers

Key words: professional qualification, PLANTEQ/PR, capital, young job